

VERBOS DE CONTROLE E DE ALÇAMENTO NA LÍNGUA RHONGA (TSWA-RONGA, BANTU): AMBIENTE SINTÁTICO PARA O FENÔMENO DA REESTRUTURAÇÃO[✓]

118

Quesler Fagundes CAMARGOS¹
Ricardo Campos CASTRO²
Ernesto Mário DIMANDE³

✓ Artigo recebido em 02/04/2019 e aprovado em 11/05/2019.

Este trabalho faz parte do Projeto de Pesquisa “Descrição e Documentação de Línguas Moçambicanas”, coordenado pelo Prof. Dr. Fábio Bonfim Duarte (UFMG-Brasil) e pelo Prof. Dr. Armindo Saúl Atelela Ngunga (UEM-Moçambique). Foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do Edital nº 33/2012 (Programa Internacional de Apoio à Pesquisa e ao Ensino por meio da Mobilidade Docente e Discente Internacional – Pró-Mobilidade Internacional – CAPES/AULP).

¹ Professor Adjunto do Departamento de Educação Intercultural da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e Coordenador do Programa de Especialização em Educação Escolar Indígena (PPGEI/UNIR). Doutor em Estudos Linguísticos (2017), pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com período sanduíche na Universidade Eduardo Mondlane (UEM) em Moçambique (2014), período durante o qual pôde desenvolver atividades referentes à morfossintaxe de línguas africanas e indígenas. E-mail: <queslerc@gmail.com>.

² Professor Visitante (pós-doutorado) no Departamento de Linguística da Universidade da Geórgia (UGA, EUA) e no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, Brasil). Doutor em Estudos Linguísticos (2017), pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com período sanduíche na Universidade Eduardo Mondlane (UEM) em Moçambique (2014), período durante o qual pôde desenvolver atividades referentes à morfossintaxe de línguas africanas e indígenas. Esta pesquisa conta com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), conforme os Processos 2017/09615-9 (Brasil) e 2018/06203-4 (EUA). E-mail: <ricardorrico@uol.com.br>.

³ Investigador Assistente no Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), onde desenvolve pesquisa na área de morfossintaxe das Línguas Bantu. Mestre em Linguística Descritiva (2012), pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane em Moçambique. E-mail: <dimande40@gmail.com>.

**VERBOS DE CONTROLE E DE
ALÇAMENTO NA LÍNGUA RHONGA
(TSWA-RONGA, BANTU):**

AMBIENTE SINTÁTICO PARA O
FENÔMENO DA REESTRUTURAÇÃO

**CONTROL AND RAISING VERBS IN THE
RHONGA LANGUAGE (TSWA-RONGA,
BANTU):**

SYNTACTIC ENVIRONMENT FOR THE
RESTRUCTURING PHENOMENON

RESUMO

O objetivo deste artigo é investigar o comportamento gramatical dos verbos de controle e de alçamento na língua Rhonga, a fim de identificar possíveis evidências a favor das construções de reestruturação. Esse mecanismo revela que determinados verbos selecionam como complemento orações infinitivas e que não há nenhuma barreira sintática que impeça a realização de processos morfossintáticos locais entre as duas predicções. Neste trabalho, apresentaremos duas evidências morfossintáticas que visam dar sustentação à nossa hipótese de que ocorre reestruturação nessa língua. A primeira evidência que analisaremos diz respeito à concordância verbal com o objeto, em que o verbo da oração principal pode concordar com o objeto da oração encaixada. A segunda evidência refere-se às construções de voz passiva longa, em que os predicados verbais, tanto da oração principal quanto da predicção encaixada, engatilham morfologia de voz passiva. Em suma, se houvesse uma barreira entre a predicção principal e a encaixada, certamente a concordância à distância e a passiva longa não seriam possíveis em Rhonga.

Palavras-chave: Línguas Africanas. Grupo Bantu. Língua Rhonga. Verbos de Controle e de Alçamento. Reestruturação.

1 INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é analisar o fenômeno de reestruturação na língua Rhonga⁴ (Grupo Bantu), a partir dos trabalhos de Rizzi (1982), Aissen e Perlmutter (1976), Burzio (1986), Culicover e Wilkins (1986), Roberts (1997), Culicover e Jackendoff (2001), Wurmbrand (2002, 2003, 2004), Cinque (2001, 2004, 2006),

⁴ Dedicamos a seção 6 deste artigo à apresentação da língua Rhonga, sua classificação no Grupo Bantu, sua localização geográfica e suas principais características.

ABSTRACT

The aim of this paper is to investigate the grammatical behavior of control and raising verbs in the Rhonga language in order to identify possible evidence in favor of restructuring constructions. This mechanism reveals that certain verbs select as complements infinitive sentences and that there is no syntactic barrier that prevents the realization of local morphosyntactic processes between the two predictions. We will present two morphosyntactic evidences that aim to support our hypothesis that restructuring occurs in this language. The first evidence that we examine relates to verbal agreement with the object, in which the main sentence verb can agree with the object of the embedded sentence. The second evidence refers to constructions of long passive voice, in which the verbal predicates, both of the main sentence and of the embedded predication, trigger passive voice morphology. In short, if there were a barrier between the main and the embedded predication, certainly long distance and passive agreement would not be possible in Rhonga.

Keywords: African Languages. Bantu Group. Language Rhonga. Control and Raising Verbs. Restructuring.

Grano (2012), entre muitos outros. Esse fenômeno linguístico envolve a aplicação de regras sintáticas de modo que duas orações passam a apresentar propriedades de uma única oração, razão pela qual, além de ser chamado de reestruturação (RIZZI, 1978, 1982), também recebe a denominação de união de orações (*clause union*) (AISSEN; PERLMUTTER, 1976, 1983; WURMBRAND, 2004). Neste sentido, as duas orações não são independentes, mas sim uma construção com propriedades mono-oracionais, embora seja uma estrutura mais articulada.

Neste texto, submetemos verbos de alçamento e de controle em Rhonga a testes morfossintáticos e semânticos, a fim de verificar a aplicação das regras de unificação de predicados nessa língua. A escolha desses dois tipos de verbos se deu devido ao seguinte fato: interlinguisticamente, verbos de controle e de alçamento são os verbos prototípicos candidatos ao fenômeno de reestruturação. Dessa forma, somente um subgrupo de verbos pertencentes as duas classes admite a formação de predicados complexos. Nosso objetivo, portanto, será verificar se a língua em análise apresenta condições sintáticas para a realização do fenômeno de reestruturação.

Este trabalho está dividido em seis seções, além desta introdução. Na seção 2, discutimos os conceitos teóricos de verbos de controle, alçamento e reestruturação. Na seção 3, apresentamos descritivamente as construções que envolvem verbos de controle e de alçamento na língua Rhonga. Na seção 4, investigamos o fenômeno de reestruturação, a partir de verbos de controle e de alçamento analisados na seção anterior. Na seção 5, exibimos nossas considerações finais. E, por fim, na seção 6, apresentamos as línguas Bantu, sua classificação, sua localização e suas principais características.

2 VERBOS DE CONTROLE, ALÇAMENTO E REESTRUTURAÇÃO

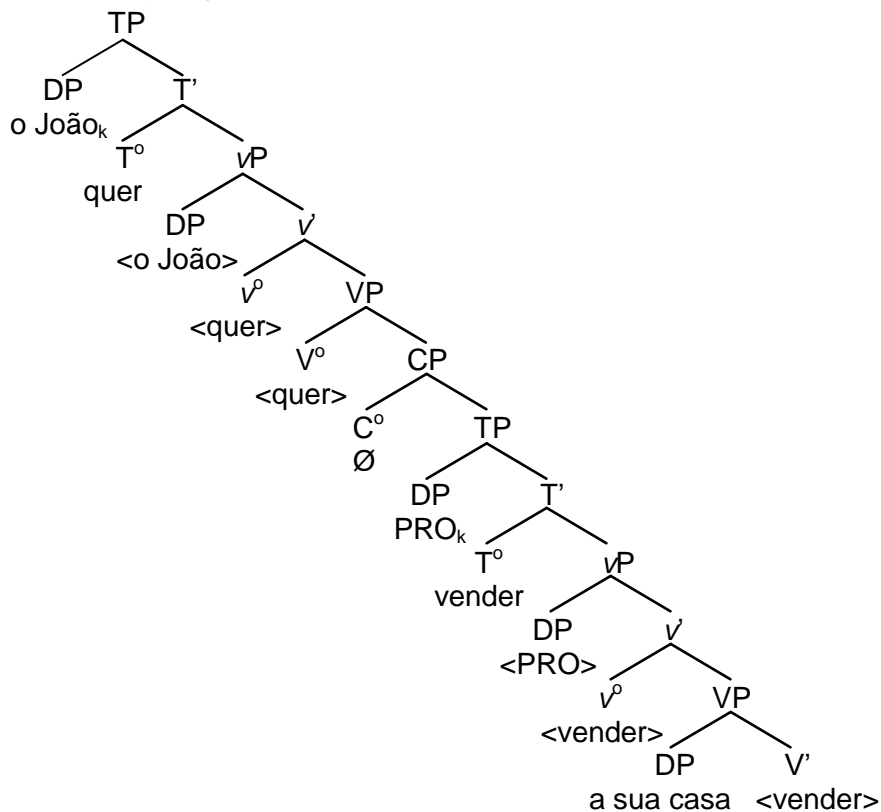
De acordo com Manzini (1983), Chomsky (1981, 1982, 1986) e Culivover e Jackendoff (2001), no âmbito da teoria gerativa, os verbos de controle se caracterizam (i) por selecionar, como complemento, uma oração infinitiva e (ii) por estabelecer na oração matriz um termo controlador, seja ele um sujeito ou objeto,

que é responsável pela interpretação temática do sujeito da oração encaixada. Isto fica evidente por meio da observação dos seguintes dados do português:

- (1) a. O João_k **quer** [PRO_k vender a sua casa]
- b. A Maria **proibiu** o João_k de [PRO_k sair com os amigos]

Em (1a), o verbo “querer” é um predicado de controle de sujeito. Este predicado verbal seleciona o argumento externo “o João”, que preenche a posição sintática de sujeito da oração matriz. Como “querer” é um verbo transitivo, ele seleciona e atribui papel temático para seu próprio argumento externo e, por este motivo, não é possível mover outro constituinte da oração encaixada para esta posição. Além do mais, este argumento é o elemento que controla o sujeito PRO da oração encaixada, nucleada pelo verbo “vender”. Por isso, o antecedente da categoria vazia PRO, “o João”, é o sujeito da oração matriz cujo predicado verbal é “querer”. A título de ilustração, propomos o diagrama arbóreo (2) abaixo para a derivação do exemplo em (1a).

(2) Configuração arbórea do exemplo (1a)



Na sentença (1b), por outro lado, é o objeto direto, “o João”, o argumento do predicado verbal transitivo “proibir”, o qual controla o sujeito da sentença encaixada. Assim, diferentemente de (1a), em (1b) é o objeto, e não o sujeito, o termo controlador do sujeito PRO da oração encaixada. Logo, enquanto em (1a) temos o predicado de controle de sujeito “querer”, em (1b) observa-se o verbo de controle de objeto “proibir”.

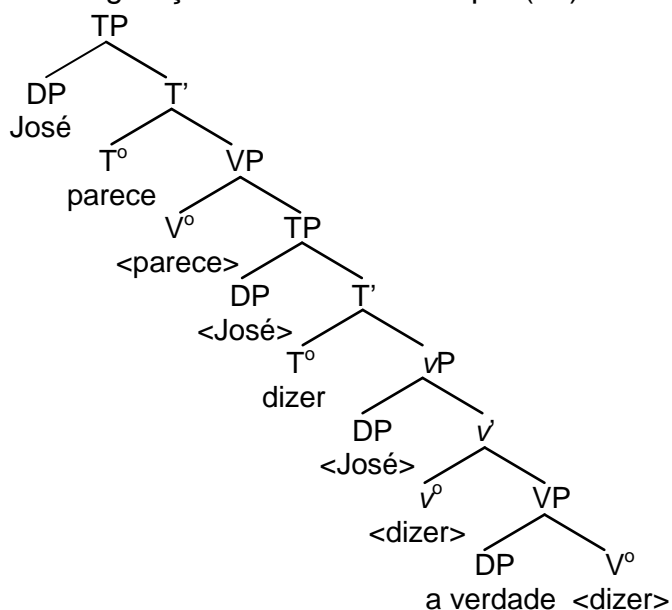
Pode-se notar ainda que, enquanto os verbos de controle de sujeito e objeto são verbos transitivos, os verbos chamados predicados de alçamento exibem propriedades inacusativas, conforme os exemplos em (3). Nesta linha de investigação, a carência de um argumento externo no predicado matriz permite que sua posição sintática de sujeito seja preenchida pelo argumento da oração encaixada, como se vê abaixo.

- (3) a. [DP José_k] **parece** [t_k dizer a verdade]
 b. [DP O policial] **tentou** [t_k capturar o fugitivo]
-

Note que em (3) os predicados “parecer” e “tentar” das orações mais altas recebem, em sua posição sintática de sujeito, os DPs “José” e “o policial” das orações encaixadas, via movimento. Destarte, esses sujeitos são gerados como argumento externo dos verbos “dizer” e “capturar”, movendo-se a partir de sua posição de origem e deixando para trás um vestígio *t*.

Como os DPs sujeitos das orações encaixadas não podem receber Caso do seu predicador, eles se movem para uma posição em que a atribuição de Caso seja possível (cf. HAEGEMAN, 1994). Mais especificamente, estes argumentos: (i) não podem receber o Caso nominativo da forma verbal infinitiva mais baixa, visto que predicados verbais infinitivos não carregam marcas flexionais; (ii) não adquirem Caso acusativo do verbo matriz, o qual não tem esse Caso disponível para descarregar devido às suas propriedades inacusativas; e (iii) tornam-se sujeito da sentença principal, satisfazendo ao Princípio da Projeção Estendida (EPP). Propomos, para o exemplo (3a), a derivação sintática em (4).

(4) Configuração arbórea do exemplo (3a)



Note ainda que, nos exemplos em (3), o movimento dos argumentos das orações encaixadas para as posições de sujeito das orações principais só é possível porque os verbos inacusativos “parecer” e “tentar” não selecionam um argumento externo, razão pela qual a posição sintática de sujeito da oração matriz é livre. Como corolário imediato disso, nas orações encaixadas haverá, ao invés de um PRO (como nos verbos de alçamento, visto em (1)), um vestígio *t*, que indica o movimento de um constituinte da oração encaixada para a oração matriz.

Deve-se considerar que há uma estreita correlação entre os verbos (1) e (3) acima apresentados e o fenômeno denominado como reestruturação. Isto porque os predicados de reestruturação são aqueles que, em português, também selecionam complementos não finitos. Diante disso, passamos a descrever o que, de fato, são predicados de reestruturação.

Dentro da linguística teórica e descritiva, muitos trabalhos têm dado atenção especial a contextos sintáticos cujas sentenças que apresentam verbos com complemento infinitivo podem se tornar transparentes para certos fenômenos sintáticos locais. De acordo com Roberts (1997, p. 423),

a reestruturação é a ocorrência do fenômeno comum da união de orações (ver Aissen e Perlmutter, 1983); a característica central deste fenômeno é que processos e dependências que normalmente são limitados a uma única oração podem, onde o predicado mais elevado é de um tipo particular, ocorrer através dos limites da oração⁵.

Nas línguas românicas, como afirmam Aissen e Perlmutter (1976), Rizzi (1982), Burzio (1986) e Cinque (2006), esse fenômeno tem sido evidenciado, por exemplo, por meio de alçamento de clítico, conforme exemplos abaixo do português de Portugal (GONÇALVES, 1999, p. 3-4), do italiano (WURMBRAND, 2004, p. 991) e do espanhol (AISSSEN; PERLMUTTER, 1976, p. 4).

- (5) a. *O João não os_i quer [trazer t_i]*
b. **O João não os_i decidiu [trazer t_i]*
- (6) a. *Lo_j volevo [vedere t_j subito]*
o_j eu.quis [ver t_j imediatamente]
“(Eu) quis vê-lo imediatamente”
- b. **Lo_j detesto [vedere t_j in quello stato]*
o_j eu.detesto [ver t_j neste estado]
“(Eu) detesto vê-lo neste estado”
- (7) a. *Luis las_k quiere [comer t_k]*
Luis as_k ele.quer [comer t_k]
“Luis quer comê-las”
- b. **Luis las_k insistió en [comer t_k]*
Luis as_k ele.insistiu em [comer t_k]
“Luis insistiu em comê-las”

Comparando os exemplos acima, pode-se notar que os verbos de controle em (a) distinguem-se dos verbos em (b) quanto à possibilidade de o pronome clítico poder ser extraído do domínio da predicação encaixada. Apesar de esse pronome clítico exercer a função sintática de objeto do predicado encaixado em todos os

⁵ “Restructuring is a case of the common phenomenon of clause union (see Aissen and Perlmutter 1983); the central feature of this phenomenon is that processes and dependencies that are normally limited to a single clause can, where the higher predicate is of a particular type, take place across clause boundaries” (ROBERTS, 1997, p. 423).

contextos, ele só pode se mover para o domínio da predicação matriz em (5a), (6a) e (7a), mas não em (5b), (6b) e (7b). Nesta perspectiva, a boa formação das primeiras sentenças revela que estes predicados de controle são transparentes para a extração do argumento objeto clítico da oração encaixada. Isto porque, conforme Wurmbrand (2003, p. 991), efeitos de limites de orações (*clause-boundedness effects*) são ausentes em verbos de controle como em (a), mas não como em (b).

Além disso, como os exemplos (5b), (6b) e (7b) indicam, nem todos os verbos de controle são transparentes para efeitos de extração, uma vez que esses predicados de controle são incapazes de extrair o DP objeto clítico de orações encaixadas. Assim, nos termos de Wurmbrand (2003), tais verbos apresentam um domínio separado e impenetrável para esse tipo de operação. Dessa maneira, diz-se que há uma barreira sintática entre a oração principal e a encaixada.

Assim, o comportamento da sentença infinitiva diante dessas possibilidades é que determinará se uma sentença encaixada se constitui em um domínio independente da sentença matriz ou ainda se foi desencadeado o processo denominado como reestruturação, no qual se observam efeitos de transparência, gerando uma construção com propriedades mono-oracionais.

3 VERBOS DE CONTROLE E DE ALÇAMENTO EM RHONGA

Conforme Osborne e Reeve (2017), uma análise superficial não é capaz de diferenciar um verbo de controle de um verbo de alçamento. De fato, note que não há aparentemente nenhuma distinção estrutural significativa entre as seguintes sentenças⁶ da língua Rhonga.

- (8) *mufana a-jul-ile ku-von-a xipixi*
1.menino MS1-querer-PAS INF-ver-VF 7.gato
“O menino queria ver o gato”

⁶ Abreviaturas utilizadas neste trabalho: 1-9: classes semânticas nominais das línguas Bantu; APL: morfema aplicativo; INF: infinitivo; LOC: sufixo de locativo; MO: marca de objeto; MS: marca de sujeito; PASS: morfema de voz passiva; PAS: unidade gramatical de tempo passado; VF: vogal final.

- (9) *mufana a-rhindrel-a ku-fihlul-a na tatana*
1.menino MS1-esperar-VF INF-almoçar-VF com 1.pai
“O menino espera almoçar com o pai”
- (10) *mufana a-gam-ile ku-von-a xipixi*
1.menino MS1-terminar-PAS INF-ver-VF 7.gato
“O menino terminou de ver o gato”
- (11) *mamana a-fanel-ile ku-famb-a sontw-eni*
1.mãe MS1-dever-PAS INF-ir-VF 9.igreja-LOC
“A mãe deveria ir à igreja”

Não obstante suas semelhanças, as sentenças acima apresentam distintas propriedades na gramática interior de sua configuração, as quais serão exploradas neste trabalho. Resumidamente, mostraremos que predicados tais como *kujula* “querer” e *kurhindrela* “esperar”, das orações matrizes em (8) e (9), são verbos de controle de sujeito, ao passo que predicados verbais, como *kugama* “terminar” e *kufanela* “dever”, em (10) e (11), constituem-se em verbos de alçamento.

O fenômeno de controle tem sido o centro do debate acerca de teorias sintáticas desde sua introdução na literatura gerativa (ROSENBAUM, 1967; 1970; POSTAL, 1970; BRESNAN, 1972; 1982; JACKENDOFF, 1972; BACH, 1979). Além das propriedades já examinadas neste trabalho, o controle pode ser compreendido como uma dependência de interpretação entre dois argumentos, em que um deles é obrigatoriamente não pronunciado. Dessa maneira, o argumento pronunciado, denominado como controlador, determina ou controla a interpretação temática do argumento não pronunciado. Aplicando esta definição, bem como utilizando os conceitos já evidenciados no quadro teórico, nossa hipótese é que o predicado verbal *kujula* “querer” é um verbo de controle e, portanto, seleciona um complemento cujo predicado verbal projeta um PRO, conforme análise em (12).

- (12) *mufana a-jul-ile [Ø ku-von-a xipixi]*
1.menino_k MS1-querer-PAS PRO_k INF-ver-VF 7.gato
“O menino queria ver o gato”

Pode-se afirmar que, em (12), o argumento não pronunciado é representado pela categoria vazia \emptyset , e sua interpretação, via controle, é indicada pela coindexação k . Assim, o verbo *kujula* “querer” tem como uma de suas características selecionar um argumento externo, *mufana* “o menino”, o qual preenche a posição de sujeito da sentença matriz. Pelo fato de essa posição já estar preenchida, não é possível mover nenhum outro constituinte para essa posição sintática. Por conseguinte, o DP sujeito *mufana* “o menino” será o argumento que exercerá a função de controlar a interpretação semântica da categoria vazia PRO, cuja posição sintática corresponde à de sujeito da oração encaixada *kuvona xipixi* “ver o gato”. Por estes motivos, no exemplo acima, o verbo *kujula* “querer” é um verbo de controle de sujeito. Deve-se ressaltar que, no âmbito da Teoria de Regência e Ligação (CHOMSKY, 1981; 1982; 1986), PRO se constitui em um elemento nominal que é simultaneamente uma anáfora e um pronome. Assim, PRO está sujeito simultaneamente aos Princípios A e B da Teoria de Ligação (CHOMSKY, 1981):

- (13) Teoria de Ligação (CHOMSKY, 1981)
A. Uma anáfora está vinculada⁷ em um certo domínio de vinculação.
B. Um pronome está livre em um certo domínio de vinculação.
- (14) O domínio de vinculação para α é o NP ou IP mínimo contendo α , o regente de α , e
(i) um sujeito diferente de α e que não contém α ; ou
(ii) a flexão que atribui Caso nominativo para α .

Os termos “vinculada” e “livre” em (13) apontam de forma evidente para a contradição envolvida na categoria PRO⁸. A fim de solucioná-la, Chomsky (1981, p. 191) propõe que essa categoria vazia é de fato não vinculada e não pertence a

⁷ Os termos “vinculada” ou “livre” exprimem o c-comando por um DP que porte ou não o mesmo índice referencial, respectivamente.

⁸ Esta contradição é estabelecida tendo em vista que a categoria vazia PRO (i) estaria vinculada (i.e., é c-comandada por um DP que é correferente a esta categoria) e (ii) estaria livre porque não é regida. Por isso, toma-se regência como solução para se estipular que a categoria PRO não é vinculada. Tal análise refina as distinções entre t e PRO. Nesta perspectiva, t pode ser regido pelo verbo alto, o qual, tendo estrutura inacusativa, rege t sem atribuir-lhe Caso acusativo. Contudo, PRO não pode ser regido pelo verbo matriz, que sendo transitivo, se regesse PRO, atribuir-lhe-ia Caso acusativo. Assim, paradoxalmente, este DP teria de exibir matriz fonética. Logo, apesar de estas duas categorias vazias exibirem características anafóricas, tendo em vista serem c-comandadas por um DP que porta o mesmo índice referencial, conclui-se que, enquanto t é regido, PRO não o pode ser.

nenhum domínio de vinculação, sendo esta ausência de vinculação chamada de Teorema PRO, conforme (15):

- (15) Teorema PRO (CHOMSKY, 1981, p. 191)
PRO não é vinculado.

Tendo em vista as considerações acima, apresentamos em (16) uma lista de predicados que se constituem, a nosso ver, em verbos de controle de sujeito e de objeto na língua Rhonga.

- (16) *kujula* “querer, precisar, desejar”, *kutiva* “saber, conhecer, reconhecer”, *kutsimbisa* “proibir, impedir”, *kunavela* “desejar, aspirar, cobiçar”, *kurhindrela* “esperar por”, *kuhlawula* “escolher, eleger, preferir”.

Já nas construções de alçamento, a categoria vazia não se constitui em um PRO, mas sim, em um vestígio *t*, resultante do movimento do argumento externo do verbo encaixado para a posição de sujeito do verbo matriz. No âmbito da Teoria de Caso, esse movimento ocorre a fim de suprir a carência de Caso desse DP, o qual não pode receber o Caso nominativo do verbo da oração encaixada e nem o Caso acusativo do predicado verbal matriz, que é defectivo para atribuição deste Caso, tendo em conta suas propriedades inacusativas. É por esse motivo que o argumento externo do verbo encaixado passa a ocupar a posição sintática de sujeito da sentença matriz, de acordo com nossa análise apresentada em (17).

- (17) *mufana a-gam-ile* [*mufana ku-von-a xipixi*]
1.menino_k MS1-terminar-PAS *t_k* INF-ver-VF 7.gato
“O menino terminou de ver o gato”

Pode-se notar que, em (17), analisamos o predicado verbal *kugama* “terminar” como um verbo de alçamento, já que o DP *mufana* “o menino”, o qual é o argumento externo do verbo *kuvona* “ver”, desloca-se para a posição de sujeito da oração matriz, a fim de receber Caso nominativo, além de satisfazer o Princípio de Projeção

Estendida (EPP). São exemplos de verbos de alçamento em Rhonga predicados verbais tais como:

- (18) *kugama* “terminar”, *kuzama* “tentar”, *kusungula* “começar”, *kusimama* “continuar”, *kufanela* “dever”, *kutolovela* “costumar”, *kukota* “poder”.

Mais uma vez, note que os verbos de controle são muito parecidos com verbos de alçamento. No entanto, apesar de esses dois tipos de verbos serem capazes de selecionar como complemento orações infinitivas, observam-se as seguintes distinções básicas entre eles:

- (19) Propriedades dos verbos de controle e de alçamento
- a. Apenas os verbos de controle s-selecionam um argumento que desempenha a função sintática de sujeito e projetam como complemento um predicado infinitivo que apresenta um argumento nuclear não pronunciado, o qual, nos termos da Teoria de Regência e Ligação, corresponde à categoria vazia PRO.
 - b. Somente os verbos de alçamento exibem um sujeito que não é semanticamente seu próprio argumento, mas sim s-selecionado pelo predicado da oração encaixada. Por este motivo, o complemento encaixado infinitivo exibe um DP sem matriz fonética denominado como vestígio *t* pela Teoria de Regência e Ligação.

Diante dessas considerações, para que seja possível diferenciar um verbo de controle de um verbo de alçamento na língua Rhonga, analisaremos suas propriedades semânticas e sintáticas nas próximas subseções. Para isso, aplicaremos dois testes: (i) um semântico, que diz respeito à atribuição de papel temático ao argumento cuja função sintática é a de sujeito da oração matriz; e (ii) um sintático, o qual se refere a orações encaixadas desenvolvidas. Começamos com o diagnóstico semântico.

3.1 TESTE SEMÂNTICO

No âmbito da Teoria de Regência e Ligação (CHOMSKY, 1981, 1982, 1986), PRO e o vestígio *t* são analisados dentro do mesmo tópico⁹, a saber: tipologia de categorias vazias. Tal análise em conjunto se justifica porque esses dois DPs se assemelham devido à ausência de matriz fonética. Contudo, como vimos acima, PRO ocorre em construções que envolvem verbos de controle, ao passo que o vestígio *t* figura em estruturas que contêm verbos de alçamento. Isso acontece devido ao fato de que apenas verbos de controle são capazes de introduzir seu sujeito próprio, enquanto a posição de sujeito dos verbos de alçamento deve ser preenchida pelo argumento da oração encaixada, via movimento.

Nos exemplos a seguir, veja que um verbo de controle, tal como *kujula* “querer”, por exemplo, exige um sujeito com o traço [+animado]. Por essa razão, é gramatical a sentença (20), que exhibe o DP sujeito *mufana* “o menino”, mas não é possível a sentença (21), em que figura um argumento externo com o traço semântico [-animado], como é o caso do DP *rhidzi* “a pedra”.

(20) *mufana a-jul-ile ku-ngirim-el-a nhav-eni*
1.menino MS1-querer-PAS INF-descer-APL-VF 9.montanha-LOC
“O menino queria descer a montanha”

(21) **rhidzi dri-jul-ile ku-ngirim-el-a nhav-eni*
5.pedra MS5-querer-PAS INF-descer-APL-VF 9.montanha-LOC
**“A pedra queria descer (rolar por) a montanha”

O contraste visto em (20) e (21) mostra que predicados de controle impõem uma restrição semântica própria, via atribuição de papel temático, independentemente dos condicionamentos do verbo da oração encaixada. Mais especificamente, *kujula* “querer” é transitivo (e não inacusativo) e s-seleciona seu sujeito, o qual é, por isso, seu argumento externo. Observe, adicionalmente, que o predicado verbal encaixado *kungirimela* “descer” acomoda sujeitos que portam indistintamente os traços semânticos [+/-animado]. Nesta perspectiva, uma prova

⁹ Além disso, sujeitos nulos, em orações finitas e não finitas, são tratados, pela sintaxe gerativa, como *pro* e PRO, respectivamente.

evidente de que o predicado verbal *kungirimela* “descer”, de fato, não é o responsável pela agramaticalidade de (21) acima advém da boa formação das orações absolutas (22) e (23) a seguir. Sobretudo, o exemplo (23) confere robustez à assunção de que é o verbo *kujula* “querer”, e não o predicado *kungirimela* “descer”, quem rechaça o traço [-animado] de seu sujeito.

(22) *mufana a-ngirimel-ile nhav-eni*
1.menino MS1-desceu-PAS 9.montanha-LOC
“O menino desceu a montanha”

(23) *rhidzi dri-ngirimel-ile nhav-eni*
5.pedra MS5-desceu-PAS 9.montanha-LOC
“A pedra desceu (rolou por) a montanha”

No entanto, um verbo de alçamento como *kugama* “terminar”, como pode ser visto em (24) e (25), não impõe qualquer restrição semântica ao DP que irá ocupar a posição de sujeito. O fato de esse predicado não atribuir papel temático para o seu sujeito evidencia que esse argumento não faz parte da grade temática do verbo de alçamento. Dessa maneira, o DP sujeito do predicado verbal *kugama* “terminar”, na realidade, é gerado como argumento da predicação encaixada *kungirimela* “descer”, posição sintática em que recebe sua interpretação semântica. Por esse motivo, esse argumento movido para a posição de sujeito da sentença principal não sofre qualquer condicionamento semântico do verbo da oração matriz, conforme os exemplos abaixo.

(24) *mufana a-gam-ile ku-ngirim-el-a nhav-eni*
1.menino MS1-terminar-PAS INF-descer-APL-VF 9.montanha-LOC
“O menino terminou de descer a montanha”

(25) *rhidzi dri-gam-ile ku-ngirim-el-a nhav-eni*
5.pedra MS5-terminar-PAS INF-descer-APL-VF 9.montanha-LOC
“A pedra terminou de descer (rolar por) a montanha”

Em suma, essencialmente, o contraste entre a gramaticalidade de (20) e a agramaticalidade de (21) é um forte indício de que o DP *mufana* “o menino” recebe

papel temático do verbo matriz *kujula* “querer”. Desse modo, esse predicado verbal deve ser classificado como um verbo de controle, tendo em vista que ele introduz um argumento externo que controla o argumento não pronunciado do predicado encaixado. Entretanto, a boa formação dos exemplos (24) e (25) demonstra que o DP argumento que ocupa a posição de sujeito sentencial é na verdade pertencente à grade temática da predicação encaixada, razão pela qual o verbo de alçamento não impõe qualquer tipo de restrição semântica ao DP *rhidzi* “pedra”.

Na próxima subseção, apresentamos o segundo diagnóstico utilizado para distinguir, em termos gramaticais, os verbos de alçamento dos verbos de controle em Rhonga.

3.2 TESTE SINTÁTICO

Como observamos até aqui, verbos de controle licenciam um DP argumento externo que exerce a função sintática de sujeito da sentença, já verbos de alçamento não introduzem argumento externo, tendo sua posição de sujeito ocupada por um argumento gerado no interior da predicação encaixada. A partir dessa análise sintática, apresentamos o segundo teste a fim de distinguir verbos de controle de verbos de alçamento na língua em estudo. Esse diagnóstico consiste no desdobramento das orações infinitivas em orações desenvolvidas. Deste modo, como os verbos de controle introduzem seu próprio sujeito, quando a oração encaixada for desenvolvida é possível que se manifestem dois sujeitos, um principal e outro encaixado. Por outro lado, partindo do fato de que verbos de alçamento são incapazes de introduzir um argumento externo, é impossível que haja dois sujeitos, mesmo que a oração encaixada possa ser desenvolvida, flexionando-se o verbo encaixado. Vejamos os exemplos abaixo.

- (26) *mufana a-jul-ile rhidzi dri-ngirim-el-a nhav-eni*
1.menino MS1-querer-PAS 5.pedra MS5-descer-APL-VF 9.montanha-LOC
“O menino queria que a pedra rolasse pela montanha”

- (27) **mufana a-gam-ile rhidzi dri-ngirim-el-a nhav-eni*
1.menino MS1-terminar-PAS 5.pedra MS5-descer-APL-VF 9.montanha-LOC
**“O menino terminou que a pedra rolasse pela montanha”

Pode-se notar que a gramaticalidade do exemplo (26) reside no fato de que, devido às suas propriedades sintáticas, o verbo da oração principal pode selecionar como complemento uma oração desenvolvida. Por isso, tanto o verbo da oração principal quanto o predicado verbal encaixado possuem posições sintáticas distintas e específicas para licenciar seus argumentos externos, razão pela qual a construção exhibe dois sujeitos. Neste sentido, as características estruturais da sentença em (26) fornecem evidências de que o verbo da oração principal é de fato um predicado verbal de controle. Entretanto, a sentença em (27) é agramatical, porque o verbo da oração principal, sendo um verbo de alçamento, introduz apenas um argumento interno oracional. Sua posição sintática de sujeito, assim, só poderá ser ocupada por um argumento gerado na predicação encaixada, por meio de movimento. Por essa razão, não é possível que este verbo introduza um argumento externo com a função sintática de sujeito e, como complemento, uma oração desenvolvida. Dessa forma, o argumento na função sintática de sujeito da predicação principal é na verdade gerado como um argumento do verbo da predicação encaixada. São apresentados abaixo outros pares de exemplos que mostram a incapacidade de verbos de alçamento selecionarem como complemento predicados finitos.

- (28) *muyivi a-zam-ile ku-nghen-a dlw-ini*
1.ladrão MS1-tentar-PAS INF-entrar-VF 9.casa-LOC
“O ladrão tentou entrar na casa”

- (29) **muyive a-zam-ile mamana a-nghen-a ndw-ini*
1.ladrão MS1-tentar-PAS 1.mãe MS1-entrar-VF 9.casa-LOC
**“O ladrão tentou que a mãe entrasse na casa”

- (30) *mamana a-simam-ile ku-t-a sontw-eni*
1.mãe MS1-continuar-PAS INF-vir-VF 9.igreja-LOC
“A mãe continuou a vir à igreja”

- (31) **mamana a-simam-ile nwana a-t-a sontw-eni*
1.mãe MS1-continuar-PAS 1.criança MS1-vir-VF 9.igreja-LOC
**“A mãe continuou que o filho viesse à igreja”

À semelhança dos exemplos em (26) e (27), os dados de (28) a (31) mostram que os predicados *kuzama* “tentar” e *kusimama* “continuar” comportam-se como verbos de alçamento, uma vez que não selecionam como complemento predicados finitos. Além disso, esses verbos de alçamento, em (28) e (30), exibem um sujeito que não é semanticamente seu próprio argumento, mas sim s-selecionado pelo predicado da oração encaixada. Por este motivo, o complemento encaixado infinitivo exibe um DP sem matriz fonética, denominado como vestígio *t*, pela Teoria de Regência e Ligação.

Na próxima seção, o intuito é apresentar diagnósticos para o fenômeno da reestruturação na língua Rhonga, a fim de analisar se os predicados verbais de controle, como *kujula* “querer”, e de alçamento, como *kugama* “terminar”, por exemplo, podem exibir características do fenômeno de reestruturação.

4 VERBOS DE REESTRUTURAÇÃO EM RHONGA

Nas próximas duas subseções, veremos que alguns predicados verbais em Rhonga, além de se distinguirem quanto às propriedades de controle e de alçamento, podem apresentar ainda outros dois comportamentos sintáticos, a saber: (i) predicado lexical, uma vez que atribuem papel temático a seus argumentos, ou (ii) predicado funcional, tendo em vista que formam uma unidade sintática com o verbo de seu complemento. Na segunda situação, o complemento infinitivo apresenta efeitos de transparência para certos fenômenos sintáticos. Assim, a sequência verbal, composta pelo verbo principal e pelo verbo encaixado, torna-se um único domínio funcional, passando a manifestar propriedades de reestruturação. Por isso, este predicado verbal complexo apresenta características mono-oracionais, cujos efeitos de limite de oração estão ausentes.

Vale ressaltar que os diagnósticos que têm sido utilizados para evidenciar os efeitos de reestruturação nas línguas românicas aparentemente não se aplicam ao

Rhonga. Isso se deve ao fato de não haver nas línguas Bantu, por exemplo, pronomes clíticos livres, como há nas línguas românicas. Diante disso, propusemos novos testes cuja finalidade é verificar se determinados processos locais podem ser engatilhados em outro domínio de localidade. Começamos com o diagnóstico que aqui denominaremos como teste de concordância à distância.

4.1 TESTE DE CONCORDÂNCIA À DISTÂNCIA

135

O primeiro teste se fundamenta no sistema de concordância verbal em Rhonga. Os predicados verbais nessa língua, além de concordarem com seu sujeito, podem apresentar morfologia de concordância com seu objeto, visando codificar informações no domínio de especificidade e topicalidade. Veja nos dois exemplos abaixo que o verbo *kuba* “bater”, da oração encaixada, engatilha o prefixo {*xi-*} de concordância de objeto, codificando o DP *xipixi* “o gato”.

(32) *mufana a-jul-ile ku-xi-b-a xipixi*
1.menino MS1-querer-PAS INF-**MO7**-bater-VF 7.gato
“O menino quis bater no gato”

(33) *mufana a-gam-ile ku-xi-b-a xipixi*
1.menino MS1-terminar-PAS INF-**MO7**-bater-VF 7.gato
“O menino terminou de bater no gato”

Adicionalmente, pode-se notar que língua Rhonga permite que o verbo da oração principal, quando este é o verbo de controle *kujula* “querer”, por exemplo, concorde à distância com o objeto da oração encaixada, exibindo um fenômeno de dupla concordância com o objeto, conforme o exemplo a seguir.

(34) *mufana a-xi-jul-ile ku-xi-b-a xipixi*
1.menino MS1-**MO7**-querer-PAS INF-**MO7**-bater-VF 7.gato
“O menino queria bater no gato”

Veja que esse engatilhamento de concordância entre o verbo da oração principal e o objeto da predicação encaixada demonstra que não há uma barreira

sintática entre as duas orações. Em outras palavras, o predicado encaixado exhibe uma transparência de forma que o verbo da oração principal é capaz de “visualizar” os elementos internos da predicação encaixada. Não obstante, em construções com o verbo de alçamento *kugama* “terminar”, a concordância do verbo da oração matriz com o objeto da oração encaixada não é possível, conforme o exemplo abaixo.

- (35) **mufana a-xi-gam-ile* *ku-xi-b-a* *xipixi*
1.menino MS1-**mo7**-terminar-PAS INF-**mo7**-bater-VF 7.gato
“O menino terminou de bater no gato”

O contraste entre (34) e (35) pode ser explicado em termos do fenômeno de reestruturação. Deve-se notar que o verbo de controle *kujula* “querer” em (34) comporta-se como um verbo de reestruturação, uma vez que a concordância, que é um processo sintático local, pode ocorrer entre o verbo da oração matriz e o argumento interno da predicação encaixada. Tal comportamento morfossintático só é possível em razão de não haver uma barreira sintática que bloqueie essa concordância. Todavia, a má formação do exemplo em (35) aponta para o fato de que o verbo de alçamento *kugama* “terminar” não apresenta propriedades de verbos de reestruturação, já que não se pode estabelecer concordância entre este verbo de alçamento e o objeto da predicação encaixada. Na próxima seção, aplicaremos o teste que aqui chamamos de passiva longa.

4.2 TESTE DE PASSIVA LONGA

Pode-se constatar nos exemplos em (36) e (37) que o verbo *kuba* “bater” da oração encaixada, ao receber a morfologia de voz passiva {-*iw*}, deriva uma estrutura sem argumento externo, de forma que o argumento interno é aquele que ocupa a posição sintática de sujeito.

- (36) *mufana a-jul-ile* [\emptyset *ku-b-iw-a*]
1.menino_k MS1-querer-PAS PRO_k INF-bater-PASS-VF
“O menino queria ser batido”

- (37) *mufana a-gam-ile* [*mufana ku-b-iw-a*]
1.menino_k MS1-terminou-PAS _{t_k} INF-bater-PASS-VF
“O menino terminou de ser batido”

Mediante a análise desenvolvida neste artigo, os exemplos acima se diferenciam sintática e semanticamente da seguinte forma. No exemplo (36), o sujeito da oração encaixada é um PRO, que é controlado pelo DP sujeito *mufana* “menino” do verbo de controle *kujula* “querer”, no domínio sintático da oração principal. No exemplo (37), por sua vez, o argumento DP *mufana* “menino”, selecionado pelo predicado verbal da oração encaixada *kuba* “bater”, move-se para a posição de sujeito do verbo de alçamento *kugama* “terminar” da oração principal, deixando em sua posição inicial um vestígio *t*.

Nessa linha de investigação, apresentaremos agora o segundo teste, com o qual se evidencia a existência do fenômeno de reestruturação em Rhonga, que pode ser aplicado nas construções passivas dos exemplos (36) e (37). Em contextos de reestruturação, como não há barreira sintática entre a oração principal e a oração encaixada, é possível que ocorra uma construção em que tanto o predicado encaixado quanto o predicado matriz recebem a morfologia passiva, apesar de haver apenas um processo de passivização. Este efeito de transparência pode ser observado no exemplo (38).

- (38) *mufana a-jul-iw-ile* *ku-b-iw-a*
1.menino MS1-querer-PASS-PAS INF-bater-PASS-VF
“O menino queria ser batido”

O predicado *kujula* “querer” da oração matriz reverbera a morfologia de passiva {-*iw*} que se refere ao processo de passivização da oração encaixada, uma vez que, de fato, não há uma barreira entre as duas orações. Logo, essa evidência reforça nossa proposta de que o verbo *kujula* “querer” em Rhonga realmente é um verbo de reestruturação. Paradoxalmente, note no exemplo abaixo que o morfema de voz passiva {-*iw*} não pode ser engatilhado na oração matriz, quando esta é realizada pelo verbo de alçamento *kugama* “terminar”.

- (39) **mufana a-gam-iw-ile ku-b-iw-a*
 1.menino MS1-terminou-PASS-PAS INF-bater-PASS-VF
 “O menino terminou de ser batido”

De modo geral, o que os exemplos apresentados nessa seção mostram é que o verbo *kugama* “terminar” permite o encaixe de uma construção passiva, conforme o exemplo em (37). Contudo, não é possível que a oração matriz também receba a morfologia de voz passiva {-iw} à semelhança de (38), como fica evidenciado pela agramaticalidade de (39). Portanto, o verbo *kugama* “terminar” não se comporta como verbo de reestruturação, como é caso do predicado *kujula* “querer”.

Por fim, o que as duas últimas subseções mostraram é que, entre os predicados *kujula* “querer” e *kugama* “terminar”, apenas o primeiro exibe as particularidades de reestruturação, o que pode ser resumido no Quadro 1.

Quadro 1 - Predicados verbais e testes aplicados

Testes	Verbos	
	<i>kujula</i> “querer”	<i>kugama</i> “terminar”
Concordância à distância	Sim	Não
Passiva longa	Sim	Não

Finalizada a aplicação dos testes acima, na próxima seção, apresentamos nossas considerações finais e, logo após, dedicamos uma seção à apresentação da língua Rhonga e da família linguística Bantu.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

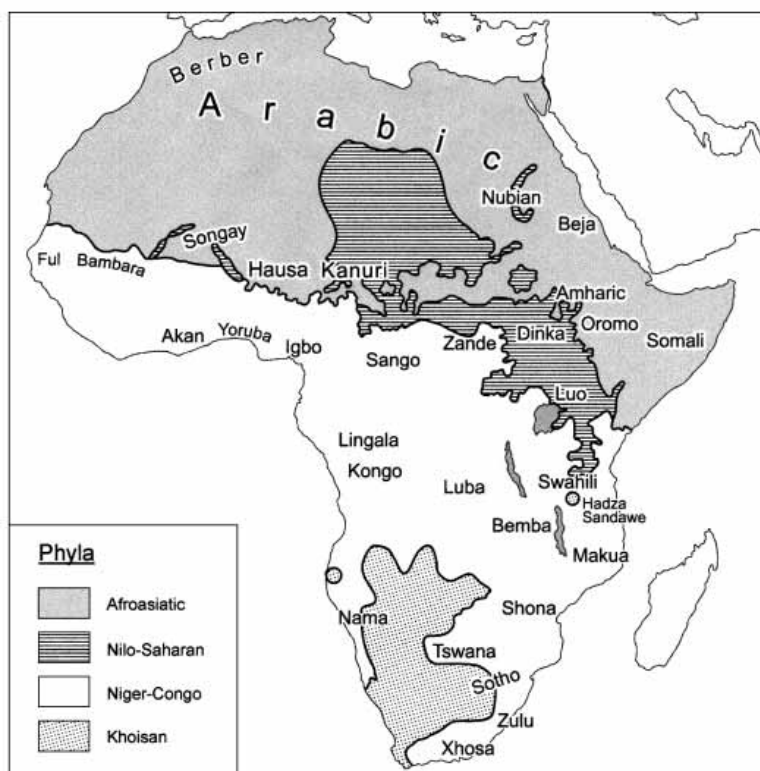
Tomando por base a investigação desenvolvida até aqui, concluímos que de fato a língua Rhonga exibe o fenômeno de reestruturação. Esse mecanismo revela que determinados verbos selecionam como complemento orações infinitivas e, além disso, entre essas duas predicções não há aparentemente nenhuma barreira que impeça a realização de processos morfossintáticos locais. A primeira evidência empírica que corrobora este comportamento gramatical diz respeito à concordância verbal de objeto, que consiste no fato de que o verbo da oração principal pode

concordar com o objeto da oração encaixada (concordância à distância). A segunda evidência corresponde às construções de voz passiva, em que os predicados verbais, tanto da oração principal quanto da encaixada, podem reverberar a morfologia de construção passiva. Em suma, pode-se afirmar que, se houvesse uma barreira sintática entre a predicação principal e a encaixada, certamente a concordância à distância e a passiva longa não seriam possíveis na língua Rhonga. Pesquisas futuras deverão verificar ainda (i) quais são os demais verbos nessa língua que exibem o fenômeno de reestruturação e (ii) quais são os outros processos morfossintáticos que evidenciam esse fenômeno.

6 POVO RHONGA, SUA LÍNGUA E FAMÍLIA LINGUÍSTICA

De acordo com Greenberg (1963), são quatro as grandes famílias em que se classificam as línguas africanas, a saber: a Afro-Asiática, a Khoi-San, a Niger-Congo e a Nilo-Sahariana, conforme o mapa abaixo (Figura 1).

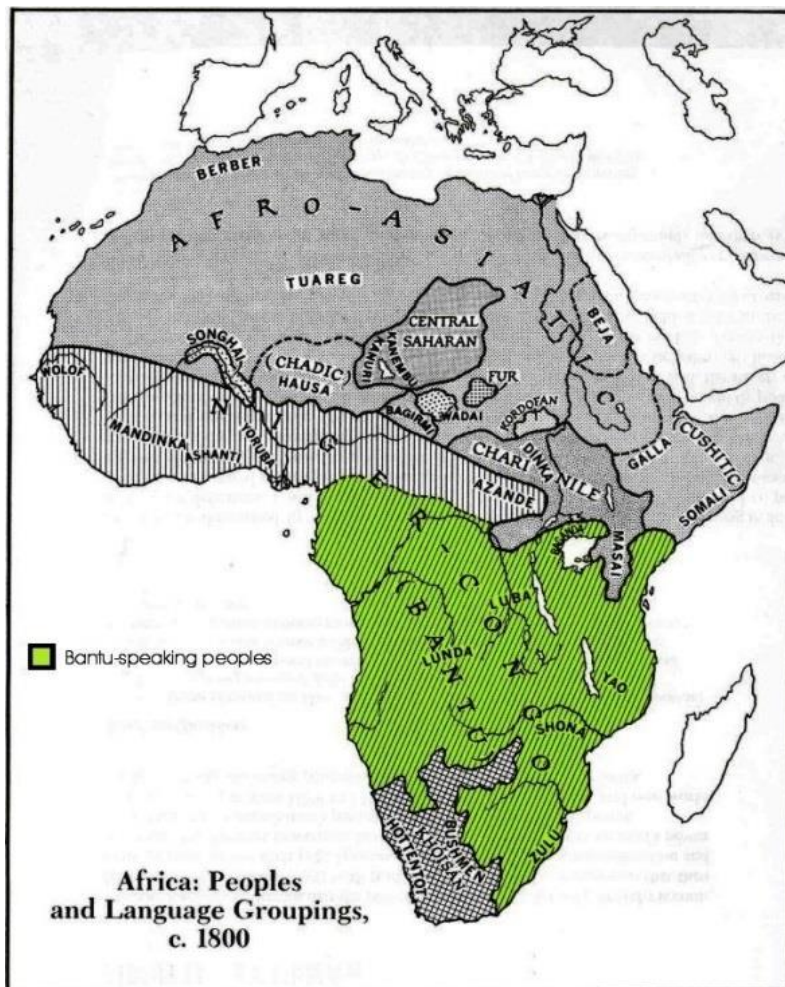
Figura 1 – Famílias Linguísticas da África



Fonte: HEINE; NURSE, 2000, p. 2

Para Greenberg (1963), essas famílias são formadas por subfamílias, as quais, por sua vez, são subdivididas em grupos constituídos por várias línguas. Observe a Figura 2, na qual é identificado o grupo das línguas Bantu, que se insere na família Niger-Congo.

Figura 2 – Área das Línguas Bantu



Fonte: Repositório Digital da University of Toronto¹⁰

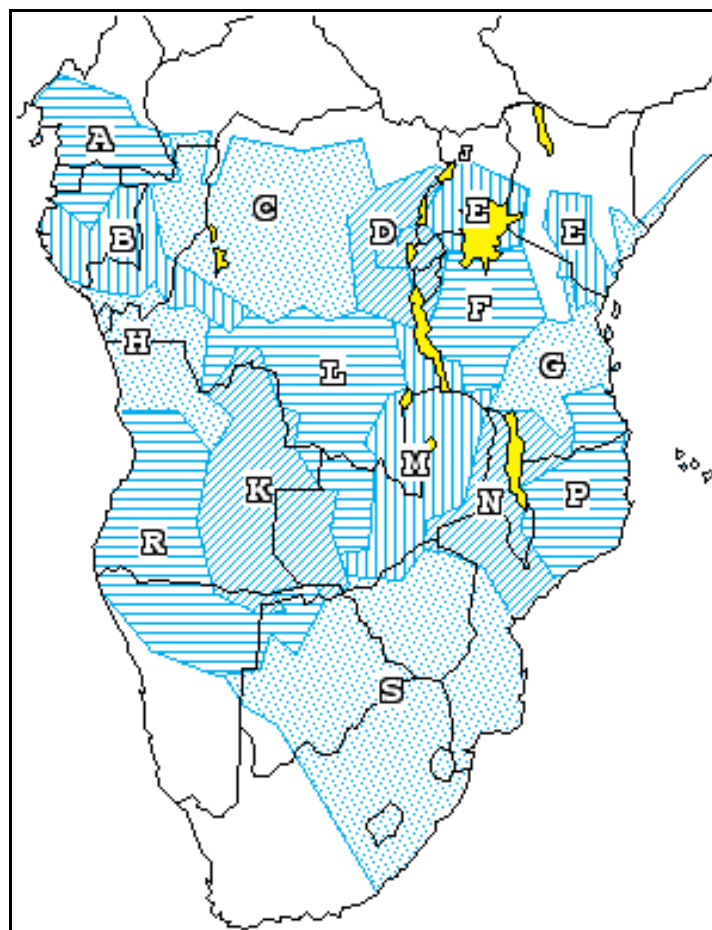
Conforme Ngunga (2004), o grupo Bantu apresenta cerca de 600 línguas, as quais são utilizadas diariamente por aproximadamente 220 milhões de pessoas. Essas línguas se classificam em um mesmo grupo, tendo em vista características similares. De acordo com o autor, algumas dessas idiosincrasias são: (i) sistema

¹⁰ Disponível em: <<http://homes.chass.utoronto.ca/~oflahert/ANT325/Maps/Bantu.jpg>>. Acesso em: 8 dez. 2018.

de gêneros gramaticais que não fazem referência à noção de sexo, a qual deve ser expressa por meio de prefixos; (ii) classes organizadas em pares que, via de regra, realizam a oposição singular/plural em cada gênero; (iii) dotação de um vocabulário comum a outras línguas, depreendendo uma língua comum de origem; e, por fim, (iv) conjunto de radicais, que são invariáveis, a partir dos quais, via aglutinação de afixos, a maioria das palavras é formada.

Guthrie (1967-1971) realizou a divisão e a classificação dessas línguas, genealógica e geograficamente, agrupando-as em zonas com os rótulos de A a S. Assim, as línguas Bantu espalhadas por todo o território africano estão contidas nestas zonas, conforme o mapa a seguir (Figura 3).

Figura 3 – Zonas e Grupos Linguísticos



Fonte: Repositório digital da Göteborgs Universitet¹¹

¹¹ Disponível em: <https://sprak.gu.se/digitalAssets/1310/1310351_bantu-area.gif>. Acesso em: 8 dez. 2018.

Antes de finalizarmos este artigo, deve-se ressaltar ainda que o termo Xirhonga, que se refere à língua falada pelo povo Rhonga, pode ser decomposto, em termos morfológicos, no prefixo de classe nominal 7 {*xi-*} e na raiz *rhonga*, conforme análise em (40).

- (40) *xirhonga*
7.rhonga
“Língua Rhonga”

Note que a coocorrência deste morfema e desta raiz designa a língua desse povo. Mais especificamente, Rhonga é o nome dado ao povo, ao passo que Xirhonga diz respeito à língua falada por este povo (CASTRO et al., 2017). Com intuito de simplificação, neste artigo, optamos por utilizar o nome Rhonga para designar tanto o povo quanto a língua.

De acordo com Bachetti (2006), essa língua faz parte do subgrupo linguístico Tsonga, o qual compreende ainda as línguas Changana e Tshwa. Estas três línguas, que são mutuamente inteligíveis, são predominantemente faladas nas províncias de Maputo, Inhambane e Gaza, que estão localizadas ao sul de Moçambique. Além dessas línguas, também se falam nesta região geográfica outras línguas pertencentes a outros subgrupos linguísticos.

Destacamos que não é tarefa simples mapear geograficamente o povo que fala essa língua, tendo em vista o vigoroso deslocamento de pessoas em direção a Maputo, o qual teve início no período colonial e se intensificou durante a Guerra Civil Moçambicana, ocorrida entre os anos de 1976 a 1992. Esse movimento foi motivado pela busca de educação, trabalho, segurança e melhores condições de sobrevivência no maior centro urbano de Moçambique, a cidade de Maputo. Estimulado por esses fatores, o contato entre os povos resultou em fusões linguísticas. Assim, por exemplo, o Rhonga e o Changana se encontram hoje como línguas muito mais próximas e inter-relacionadas. Deve-se considerar ainda que, de acordo com Bachetti (2006), a língua Rhonga apresenta quatro variantes, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Variantes dialetais do Rhonga

Nome da variante	Onde é falada
Xilwandle ou Xikalanga	Manhiça
Xinondswana	Marracuene, Maputo, Matola e Boane
Xizingili ou Xiputru	Catembe até Ponta do Ouro
Xihlanganu	Moamba-Sede e parte de Namaacha

Fonte: adaptado de BACHETTI, 2006, p. 10

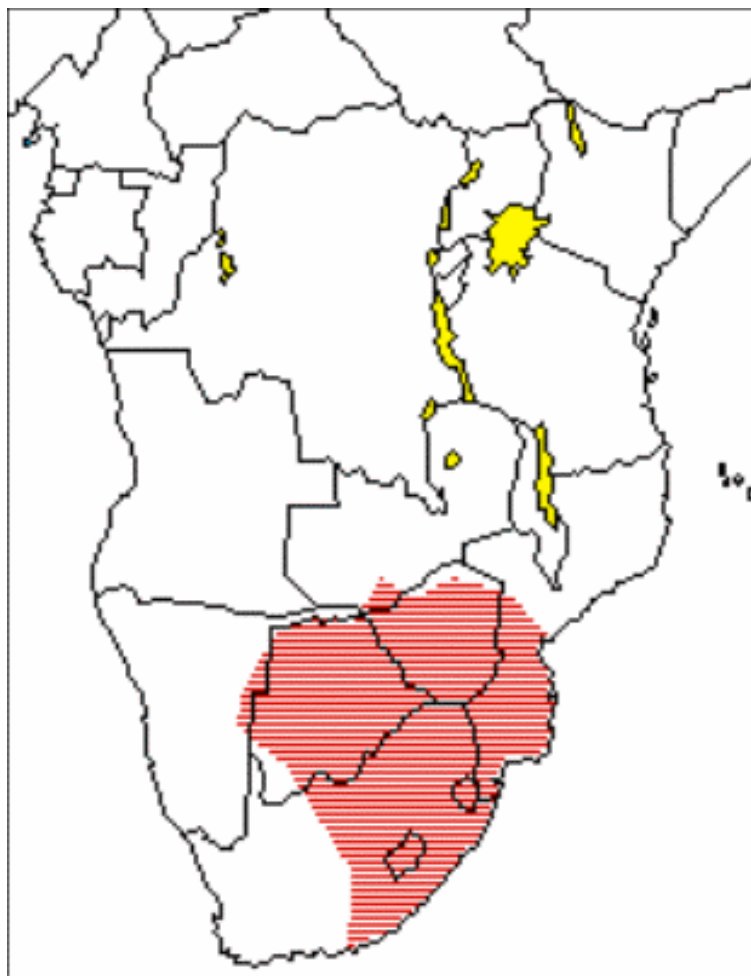
Do ponto de vista populacional, deve-se considerar que, no que diz respeito ao povo Rhonga, Ngunga e Faquir (2012, p. 242) afirmam que

Embora tenha alguns falantes nas províncias de Gaza (3.651) e em Inhambane (2.871), esta língua é falada principalmente na Província e na Cidade de Maputo onde conta com 239.307 falantes. Se se adicionar a este número o dos recenseados nas outras províncias o total de falantes de Rhonga em Moçambique perfaz 265.829 indivíduos.

Pode-se notar, então, a partir de Ngunga e Faquir (2012), que o povo Rhonga está concentrado principalmente na Cidade de Maputo. Quanto ao subgrupo Tsonga, os autores ainda afirmam que essas línguas não se limitam ao território moçambicano. Embora não apresentem dados estatísticos quanto à população, eles informam que essas línguas são também faladas na província sul africana do Transvaal e na zona meridional da República do Zimbabwe.

Por fim, deve-se destacar que as línguas do subgrupo Tsonga, em termos geográficos, enquadram-se na zona S, em relação à classificação de Guthrie (1967-1971), que subdivide o grupo Bantu em zonas de A a S. Na Figura 4, é apresentada em destaque a zona S, a qual compreende as localizações geográficas em que os falantes das línguas Tsonga habitam, conforme Ngunga e Faquir (2012).

Figura 4 – Classificação de Guthrie: Zona S

Fonte: Repositório digital da AFLAT¹²

REFERÊNCIAS

AISSSEN, Judith; PERLMUTTER, David. Clause reduction in Spanish. In.: ANNUAL MEETING OF THE BERKELEY LINGUISTICS SOCIETY, 2., 1976, Califórnia. **Proceedings...** Califórnia: BLS, 1976. p. 1-30.

AISSSEN, Judith; PERLMUTTER, David. Clause Reduction in Spanish. In.: PERLMUTTER, David. **Studies in Relational Grammar 1**. Chicago: The University of Chicago Press, 1983. p. 383-396.

¹² Disponível em: <<https://www.aflat.org/alorg/bantus.html>>. Acesso em: 8 dez. 2018.

BACH, Emmon. Control in Montague Grammar. **Linguistic Inquiry**, v. 10, n. 4, p. 515-531, 1979.

BACHETTI, Cláudio. **Gramática da Língua Ronga**. Maputo: Paulinas Editorial, 2006.

BRESNAN, Joan Wanda. A Realistic Transformational Grammar. In.: HALLE, Morris; BRESNAN, Joan Wanda; MILLER, George A. (Eds.). **Linguistic Theory and Psychological Reality**. Cambridge: MIT Press, 1982. p. 1-59.

BRESNAN, Joan Wanda. **Theory of Complementation in English Syntax**. 1972. Tese (Doutorado em Linguística) – Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1972.

BURZIO, Luigi. **Italian syntax**. Dordrecht: Reidel, 1986.

CASTRO, Ricardo Campos; ANTUNES, Natália Alves; VALIAS, Tânia Diniz Ottoni. Emprego dos diminutivos em Xirhonga (Bantu, Tsonga). **Revista do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora**, v. 31, n. 1, p. 179-203, 2017.

CHOMSKY, Noam. **Knowledge of language, its nature, origin and use**. New York: Praeger, 1986.

CHOMSKY, Noam. **Lectures on government and binding**. Dordrecht: Foris, 1981.

CHOMSKY, Noam. **Some concepts and consequences of the theory of government and binding**. Cambridge: MIT Press, 1982.

CINQUE, Guglielmo. "Restructuring" and the Order of Aspectual and Root Modal Heads. In.: CINQUE, Guglielmo; SALVI, G. (Eds.). **Current Studies in Italian Syntax**. Amsterdam: Elsevier, 2001. p. 137-155.

CINQUE, Guglielmo. **Restructuring and Functional Heads: The Cartography of Syntactic Structures**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

CINQUE, Guglielmo. Restructuring and Functional Structure. In.: BELLETI, Adriana. **Structures and Beyond: The Cartography of Syntactic Structures**. New York: Oxford University Press, 2004. p. 132-191.

CULICOVER, Peter W.; JACKENDOFF, Ray. Control is not movement. **Linguistic Inquiry**, v. 32, n. 3, p. 493-512, 2001.

CULICOVER, Peter W.; WILKINS, Wendy. Control, PRO, and the Projection Principle. **Language**, v. 62, n. 1, p. 120-151, 1986.

GREENBERG, Joseph H. Some Universals of Grammar with Particular Reference to the Order of Meaningful Elements. In.: GREENBERG, Joseph H. (Ed.). **Universals of Human Language**. Cambridge: MIT Press, 1963. p. 73-113.

GUTHRIE, Malcolm. **Comparative Bantu: an introduction to the comparative linguistics and prehistory of the Bantu languages**. Farnborough: Gregg Press, 1967-1971. 4 v.

HAEGEMAN, Lilliane. **Introduction to Government and Binding Theory**. Oxford: Wiley-Blackwell Editor, 1994.

HEINE, Bernard; NURSE, Derek. Introduction. In.: HEINE, Bernard; NURSE, Derek. (Eds.). **African Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 1-10.

JACKENDOFF, Ray. **Semantic Interpretation in Generative Grammar**. Cambridge: MIT Press, 1972.

MANZINI, Maria Rita. On control and control theory. **Linguistic Inquiry**, v. 14, n. 3, p. 421-446, 1983.

NGUNGA, Armindo Saúl Atelela. **Introdução à Linguística Bantu**. Maputo: Imprensa Universitária, 2004.

NGUNGA, Armindo Saúl Atelela; FAQUIR, Osvaldo G. **Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas**: Relatório do III Seminário. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 2012.

OSBORNE, Timothy; REEVE, Matthew. Control vs. Raising in English, a dependency grammar Account. In.: INTERNATIONAL CONFERENCE ON DEPENDENCY LINGUISTICS, 4., 2017, Pisa. **Proceedings...** Pisa: University of Pisa, 2017. p. 176-186.

POSTAL, Paul M. On Coreferential Complement Subject Deletion. **Linguistic Inquiry**, v. 1, n. 4, p. 439-500, 1970.

RIZZI, Luigi. A Restructuring Rule in Italian Syntax. In.: KEYSER, S. J. (Ed.) **Recent Transformational Studies in European Languages**. Cambridge: MIT Press, 1978. p. 113-158.

RIZZI, Luigi. **Issues in italian syntax**. Dordrecht: Foris, 1982.

ROBERTS, Ian. Restructuring, head movement, and locality. **Linguistic Inquiry**, v. 28, n. 3, p. 423-460, 1997.

ROSENBAUM, Peter. A Principle Governing Deletion in English Sentential Complementation. In.: JACOBS, Roderick; Rosenbaum, Peter (Eds.). **Readings in English Transformational Grammar**. Waltham: Ginn-Blaisdell, 1970. p. 220-229.

ROSENBAUM, Peter. **The Grammar of English Predicate Complement Constructions**. Cambridge: MIT Press, 1967.

WURMBRAND, Susi. **Infinitives: reestructuring and clause structure**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2003.

WURMBRAND, Susi. Syntactic versus semantic control. In.: ZWART, Jan Wouter;
ABRAHAM, Werner (Eds.). **Studies in Comparative Germanic Syntax**. Amsterdam:
John Benjamins, 2002. p. 93-127.

WURMBRAND, Susi. Two Types of Restructuring: Lexical vs. Functional. **Lingua**, v.
114, n. 8, p. 991-1014, 2004.